ESCUTA ATIVA E SAÚDE MENTAL: CONSTRUINDO PONTES NO JUDICIÁRIO PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Kamyla Fernandes de Oliveira
Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).
E-mail: kamyla.olfernandes@gmail.com

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco
Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).
E-mail: enianapacheco@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

Considerando a ampla diversificação do campo de estudos da Psicologia e seu consequente desdobramento em várias psicologias sociais, o presente estudo tem como objetivo investigar a importância da escuta ativa no contexto do judiciário, especialmente no que se refere à saúde mental dos envolvidos em processos judiciais. Vermunt e Steensma (1991) advertem que se leve em conta as causas do comportamento de justiça nos vários planos da vida social (indivíduos, grupos e sociedades), bem como as explicações desse comportamento em múltiplos níveis de análise. Nesse sentido, busca-se compreender como essa prática pode facilitar a resolução de conflitos e promover um ambiente mais saudável para as partes. Este relato de experiência é direcionado à mediação de conflitos, atuando como uma facilitadora dos processos subjetivos que permeiam o âmbito do judiciário, onde a coletividade é devidamente reconhecida. E ao ser reconhecida, ocorre a intervenção, abordando as questões relacionadas às emoções e comportamentos, sejam eles verbais ou não, dentro desse universo de conflitos. A metodologia adotada neste estudo inclui a realização de encontros semanais às quintas-feiras, durante o período da tarde, com um horário estipulado das 13h às 18h. Esses encontros são fundamentais para a aplicação prática da escuta ativa e para a reflexão sobre suas implicações no contexto jurídico. Os resultados indicam que a escuta ativa é uma ferramenta poderosa para melhorar a comunicação entre as partes e os profissionais do judiciário. Revelando que quando os profissionais responsáveis se dedicam a ouvir

ativamente as preocupações e necessidades dos indivíduos envolvidos, há uma diminuição da ansiedade e do estresse, fatores que frequentemente afetam a saúde mental. Além disso, a escuta ativa contribuiu para a construção de um ambiente de empatia e respeito, facilitando a busca por soluções mais adequadas e satisfatórias para todos os envolvidos. A escuta ativa emerge como um elemento essencial para a promoção de saúde mental no judiciário, evidenciando a necessidade de formação e sensibilização dos profissionais do direito sobre suas práticas de comunicação. Conclui-se que a implementação de técnicas de escuta ativa pode não apenas melhorar a experiência das partes em conflito, mas também contribuir para a eficácia e agilidade dos processos judiciais. Recomenda-se a adoção de programas de capacitação que enfoquem a escuta ativa e a saúde mental, visando a construção de pontes entre os profissionais do judiciário e os cidadãos, promovendo assim uma justiça mais humanizada e eficaz. A integração dessas práticas pode, portanto, transformar o cenário judicial, tornando-o mais acessível e respeitoso às necessidades emocionais dos indivíduos.

Palavras-chave: Psicologias sociais. Justiça. Escuta ativa.

REFERÊNCIAS

ASSMAR, E. M. L. A experiência de injustiça na vida diária: Uma análise preliminar em três grupos sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, p. 335-350, 1997.

ASSMAR, E. M. L. Percepção e reação ŕ injustiça na perspectiva da vítima: Uma proposta de abordagem integrada. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 47, n. 2, p. 59-80, 1995.

CARVALHO, S. S. **A representação social da justiça na realidade brasileira**: Uma contribuição ao estudo da justiça pela Psicologia Social. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1996.